

Sumário

Prefácio	XI
Nota à segunda edição.....	XIII
Introdução.....	1
Capítulo 1. A empresa estatal no ordenamento jurídico	11
1.1 A competência para legislar sobre licitação	11
1.2 Regramento próprio de licitação para as estatais.....	18
1.3 A distinção de tratamento da Administração Pública direta e indireta.....	27
1.4 A observância dos princípios da Administração Pública.....	37
1.5 A Lei de Licitações	40
1.6 O Estatuto Jurídico das empresas estatais.....	42
1.7 O regulamento próprio das empresas estatais	48
1.8 O dever de realizar prévia licitação	49
1.9 Distinção da dispensa, inexigibilidade e não incidência de licitação....	56
Capítulo 2. A não incidência da licitação nas estatais.....	69
2.1 O afastamento da licitação e de todo o seu regramento	70
2.2 A venda de produtos e a prestação de serviços	86
2.3 As parcerias empresariais	90
2.4 Outros casos passíveis de não incidência de licitação.....	99
2.5 Requisitos para a não incidência sob a ótica do TCU	107
2.5.1 A atividade-fim da empresa	107
2.5.2 A licitação como óbice intransponível ao negócio	115
Capítulo 3. O ônus de ser uma empresa estatal	121
3.1 Administração Pública empresarial: recursos públicos envolvidos	122
3.2 A licitação como parâmetro para a impessoalidade e a moralidade ...	126
3.3 A busca pela ampla competição	131
3.4 A necessidade de observância da publicidade	133
3.5 O meio termo: inviabilidade de competição.....	134
Capítulo 4. Caso Prático: Fundos imobiliários.....	137
4.1 O início da fiscalização do TCU nos fundos imobiliários.....	139
4.2 Os argumentos restritivos dos auditores do TCU	143

4.3 A defesa do Banco do Brasil em prol da liberdade empresarial	146
4.4 A decisão favorável dos ministros do TCU	152
4.5 Considerações sobre o caso	156
Conclusões	167
Referências	171